



UMA LEITURA DO PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL

Adelmo José da Silva^p

RESUMO

Embora Maquiavel tenha morrido em 1527, seu nome continua vivo e propagado como sinônimo de astúcia e prática de má fé no exercício da política. O que se verifica, no decorrer da história, é que o substantivo Maquiavel e mais propriamente o termo maquiavélico sempre foi tomado como sinônimo de perversidade e, assim sendo, acabou tornando-se objeto de controvérsias entre pensadores de escolas distintas. Existem alguns tão dogmáticos que asseveram ser os ensinamentos de Maquiavel uma ameaça à base moral da vida pública.

Palavras-chave: Ética. Maquiavel. Política.

Consideramos ser importante compreender a razão da permanência viva do pensamento de Maquiavel e, sobretudo, do motivo pelo qual seu nome, mais do que nunca, ser tomado como sinônimo de perversidade, astúcia e imoralidade. O que existe por trás da reputação adquirida por Maquiavel? Entendemos que a tentativa de se chegar a uma resposta para tal questionamento passa necessariamente pela reflexão acerca da reflexão deste pensador no que tange à política e à moralidade. Há de se considerar que Maquiavel foi um grande pensador da Idade Moderna, vivendo a plenitude da Renascença. Do ponto de vista da reflexão antropológica, trata-se de um período marcado pela reivindicação da subjetividade. No que se refere à economia européia, o período é marcado por uma grande revolução, considerando que novos caminhos estavam sendo descobertos, permitindo uma nova compreensão do planeta. Ao contrário da Idade Média, na qual a maioria das pessoas vivia na contemplação, a Idade Moderna ganha o traço da ação, da técnica. Enfim, trata-se de um período da história em que o homem se redescobre.

^p Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF). Docente do Departamento de Filosofia e Métodos da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). E-mail: adelmojs@oi.com.br

Uma das mais importantes obras de Maquiavel, *O Príncipe*, foi escrita com um objetivo notoriamente calculado, a saber, o pensador em questão pretendia agradar os detentores do poder do momento e assim reassumir o antigo cargo, uma vez que os Médicis estavam recuperando o controle político na Itália.

Ao fazer a análise sobre a virtude, Maquiavel demonstra ter consciência das dificuldades deste empreendimento, vejamos:

Daí um príncipe, que queira conservar o mando, necessita saber ser mau e valer-se disto, quando as circunstâncias o exigirem. Desprezando, pois, as coisas imaginárias e discorrendo sobre as reais, penso que todos os homens que governam, máxime os príncipes, são julgados por suas qualidades que lhes acarretam louvores ou censuras. Alguns são considerados liberais e outros miseráveis, alguns generosos e outros vorazes; uns cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; uns efeminados e outros pusilânimes; outros ferozes e animosos; alguns humanos e outros soberbos; uns lascivos e outros castos; uns íntegros e outros astutos; uns inflexíveis e outros brandos; uns austeros e outros levianos; uns religiosos e outros ímpios. Assim por diante (MAQUIAVEL, 1981, p. 84- 85).

O que nos parece é que o grande desafio colocado ao príncipe é no sentido de agir perversamente, dado a própria necessidade circunstancial e, ao mesmo tempo, criar uma imagem adequada com vistas a não parecer tão perverso. Isto porque, somando-se à necessidade de manter-se no poder, ao príncipe impõe-se também a necessidade de conquistar a honra e a glória.

Não sendo importante apenas a soberania e o poder, mas também a glória e a honra, conforme apresentado acima, qual será, portanto, a alternativa encontrada por Maquiavel na tentativa de solucionar o referido problema? Como conciliar a necessidade de agir perversamente como maneira de chegar ao cobiçado poder à outra necessidade que é a de preservar a imagem?

Não nos parece que a solução encontrada pelo pensador político em questão seja na direção de aconselhar uma moderação nas perversidades praticadas pelo príncipe, como também não fica demonstrado que o mesmo tenha sugerido uma postura ética humanista tendo como desdobramento a lealdade e a fidelidade em relação aos súditos e aliados, vejamos o que ele diz:

O príncipe não necessita possuir todas as qualidades enumeradas, mas é indispensável que pareça tê-las. Ousarei até dizer que, possuindo-as todas e usando-as sempre, isto pode lhe ser prejudicial, enquanto só aparentando tê-las, pode lhe ser benéfico. Esta é a conveniência de parecer piedoso, fiel, humano, íntegro e, em caso de necessidade, ser o contrário de tudo isso. Há de se entender que um príncipe, e máxime, um príncipe novo, não pode se ater a todas as coisas pelas quais os homens são considerados bons, pois, para manterem-se no poder são constantemente obrigados a irem contra a fé, a caridade, a humanidade e a religião. Porém, deve ter o espírito disposto a acompanhar a direção dos ventos e as variações da sorte, não para deixar o bem, mas, se for obrigado, a enveredar pelo caminho do mal (MAQUIAVEL, 1981, p. 93-94).



A necessidade de simulação aparece como elemento fundamental dentro desta reflexão apresentada por Maquiavel. É importante a criação e, sobretudo, a apresentação de uma imagem, visando enganar os súditos e aliados, fazendo-os acreditar naquilo que constitui o ideal a respeito do príncipe. Tão importante quanto aquilo que ele venha a ser, agir ao contrário da maioria da humanidade, é parecer ser o que as pessoas gostariam que ele fosse; corresponder à imagem ideal criada e desejada pela maior parte das pessoas a seu respeito. Deste modo, a sugestão por ele apresentada aponta para que todo o príncipe que desejar ser bem sucedido em seus empreendimentos políticos e administrativos não deixe de considerar esta grande arte do engano.

Diante da consideração moralista de que a mentira não se mantém e que a dissimulação pode se manter por algum tempo, mas não por todo tempo, o pensador em questão afirma exatamente o contrário. Além de afirmar a necessidade da aparência e da hipocrisia, admite a possibilidade destas atitudes conseguirem se manter por todo tempo em que for necessário sem grandes dificuldades, apresentando os seguintes motivos:

Os homens, em geral, formam mais sua opinião vendo do que pelo tato, porque todos vêem e poucos sentem. Todos vêem as coisas como lhes parecem, mas poucos como realmente são, e os que vêem à realidade não se atrevem a contrariar a opinião dos que têm a seu favor o poder do estado. E nas ações dos homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o melhor é aguardar o resultado. Faça, pois, um príncipe por vencer e conservar o estado, que os meios serão sempre tidos como honrosos e dignos de louvor, porque o vulgo é sempre atraído pelas aparências e pelo fato consumado. E o vulgo é o mundo. As poucas inteligências só têm vez quando o vulgo não tem onde se apoiar (MAQUIAVEL, 1981, p. 94).

Portanto, Maquiavel apresenta dois argumentos através dos quais procura demonstrar porque a dissimulação praticada pelo príncipe é possível ser mantida durante todo o tempo em que for necessário. A primeira refere-se à mentalidade dos súditos. Segundo ele, estes possuem uma mentalidade muito simples, e, por este motivo, facilmente tornam-se manobráveis. Somando-se a esta consideração acerca do povo, afirma ainda que este, em sua maioria, é incapaz de ir até às profundezas nas análises e avaliações, mantendo-se totalmente acrítico e na superficialidade das percepções e questionamentos. A segunda diz respeito aos observadores atentos. Devido à situação em que estes se encontram, a saber, ser minoria do povo e assim viverem um certo isolamento, também julgam a partir das aparências.

Para este pensador, vale a observação de que, ao enganar o povo, o príncipe vê-se numa tal situação em que sempre encontrará súditos dispostos a serem enganados. Deste

modo há uma necessidade de enganar, sob pena de não conseguir manter-se por um tempo razoável no governo. Impõe-se a ele o desafio de conseguir a glória e a honra, estando no poder, e para isto, é preciso a arte da dissimulação. E, finalmente, não há motivo para temer ao se usar esta tática política, uma vez que não se deve estimar muito a capacidade crítica dos súditos. Estes não têm condições de avaliar profundamente as ações de um governo.

Merece também a atenção o fato de Maquiavel questionar sobre a possibilidade de considerar, como parte do cabedal de virtudes, aquelas qualidades até mesmo tidas como boas e que, se praticadas, conduziriam inevitavelmente ao desastre. O fato é que, se consideradas como virtude, teríamos que admitir aí uma contradição por parte do pensador, Mas o que observamos é que, a partir de sua avaliação de que tais qualidades consideradas boas e que, se praticadas, conduziriam às situações desastrosas, Maquiavel é bastante taxativo ao enquadrá-las não como virtudes, mas sim como vícios. Eis suas palavras:

É certo que todos julgariam que seria louvabilíssimo que um príncipe possuísse somente as boas qualidades. Face às condições humanas, porém, que não permitem que alguém pratique todas as mencionadas qualidades, o príncipe deve saber prudentemente, quais as que não o levarão à perda do poder, evitando, assim, esta humilhação. Não podendo fazê-lo, não deve reechar as qualidades consideradas más, deixando que as coisas sigam seu curso. E, ainda, não se preocupe da fama que possam lhe dar certos atos, sem os quais dificilmente salvaria o estado, pois que, tudo bem considerado, haverá coisas que parecem virtudes e, se praticadas, levam à ruína e outras que parecem más e que trazem segurança e bem estar (MAQUIAVEL, 1981, p. 85).

Observemos a existência de toda uma tradição que vem desde os pensadores clássicos da Grécia antiga e que se afirmará no decorrer da história, qual seja, a consideração de um postulado metafísico para a moral. Os gregos antigos partilham da preocupação de se levar em conta um modelo metafísico. Se o homem existe enquanto ser social, afirmam, urge organizar a cidade e com um detalhe prioritário, organizá-la da melhor maneira possível. E para isto é necessário a estes recorrerem a uma fonte de inspiração que é o cosmos o qual é a personificação da ordem e de onde pode ser exaurido o postulado metafísico para a moral. Mais tarde, a mesma preocupação é partilhada pelos medievais, que é a ética inspirada em um referencial metafísico que vai nortear o reto agir humano.

O fato é que a postura ética de Maquiavel rompe com esta preocupação e se contrapõe a toda uma moralidade humanista até então experimentada, inaugurando uma nova era ao fundar uma ética pautada na conveniência, na qual importa atingir os fins, justificando recorrer aos meios necessários, não importando quais. E ao falar da



necessidade de, além de manter-se no poder, obter a honra e glória, dá ênfase à questão da aparência, na qual não importa aquilo que o príncipe seja, vale o que o mesmo aparenta ser perante os súditos e aliados. A questão da autenticidade e coerência morais é derrubada, cedendo espaço para a inautenticidade e a incoerência.

A moral surge na própria tensão dialética de um *eu* já realizado e um fazer; entre um *eu existo* e um *quero viver*. Nesta perspectiva, a moralidade humanista, ao contrário da proposta de Maquiavel, é caminho para a realização do homem. Está em função do ser mais. É exigência de humanização e de crescimento. Ultrapassa o puramente racional e o egoísmo, com o objetivo de ser o mais abrangente possível.

ABSTRACT

Although dying in 1527, Machiavelli's name is still alive and has been spread as synonym for cunning and evil intention as practice, when exerting politics. Considering History, one can verify that Machiavelli (noun) and Machiavellic (adjective) have been used to mean perfidy, thus, due to that they have been object dogmatic that they assert that Machiavelli's teachings are a threat to the moral foundation of public life.

Key words: Ethics. Machiavelli. Politic.

REFERÊNCIAS

BIGNOTTO, Nilton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno**. Tradução de Denise Battman. São Paulo: Schwartez, 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução, introdução e notas: Brasil Bandecchi. São Paulo: PARMA, 1981.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.